



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Diretoria de Compras, Contratos e Convênios

Anexo nº VII/SEDE/DCC/2020

PROCESSO Nº 1220.01.0007057/2020-08

ANEXO VII - MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

PROCESSO DE COMPRA 1221002 XXX/2020

MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

1. Declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº 8.666/1993 com suas alterações e as cláusulas constantes deste edital.
 2. Propomos à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, pelo preço total a seguir indicado, a execução dos serviços objeto da licitação em epígrafe, obedecendo às estipulações do correspondente Edital deste certame e asseverando que:

- a) Os serviços deverão ser executados sob condições que atendam às determinações constantes nas Normas de Segurança e Proteção do Ministério do Trabalho.
- b) Cumpriremos rigorosamente toda a legislação aplicável á execução dos serviços contratados.
- c) Assumimos o compromisso de bem e fielmente prestar os serviços, objeto desta licitação.

3. Propomos como preço total para a execução dos serviços descritos no Edital desta Concorrência, o valor global de R\$ (.....), conforme quadro de referência abaixo:

PLANILHA REFERENCIAL			
ETAPA 1 - PARTE AMBIENTAL			
Item	DESCRIÇÃO	PRODUTO	TOTAL PRODUTO (R\$)
1	A primeira equipe a se mobilizar ao município onde serão realizados os serviços será a equipe da parte ambiental. Ela será responsável pelo estudo técnico preliminar do município e realizará o laudo técnico ambiental para viabilizar e dar continuidade as etapas subsequentes do projeto. As seguintes atividades serão desenvolvidas nessa etapa:	Laudo das Desconformidades	R\$
1.1	PLANO DE TRABALHO DA PARTE AMBIENTAL		
1.1.1	Caracterização físico-ambiental, social, cultural e econômica da área;		
1.1.2	Identificação dos recursos ambientais, dos passivos e fragilidades ambientais e das restrições e potencialidades da área;		

1.1.3	Especificação e avaliação dos sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantado, outros serviços e equipamentos públicos;
1.1.4	Identificação das unidades de conservação e das áreas de proteção de mananciais na área de influência direta da ocupação, sejam elas águas superficiais ou subterrâneas;
1.1.5	Especificação da ocupação consolidada existente na área;
1.1.6	Identificação das áreas consideradas de risco de inundações e de movimentos de massa rochosa, tais como deslizamento, queda e rolamento de blocos, corrida de lama e outras definidas como risco geotécnico.
1.1.7	Indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da Área de Preservação Permanente com a devida proposta de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização;
1.1.8	Avaliação dos riscos ambientais;
1.1.9	Comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental e de habilidade dos moradores a partir da regularização;
1.1.10	Demonstração de garantia de acesso livre e gratuito pela população às praias e aos corpos d'água, quando couber.
1.1.11	Elaboração ou revisão de cadastros municipais, tais como mapas de logradouros, plantas de setor e quadras fiscais, planta genérica de valores, cadastro técnico multifinalitário, correspondentes à área de intervenção.
1.1.12	Elaboração do Laudo Técnico Ambiental e apresentação do relatório fotográfico dos serviços executados

ETAPA 2 - PARTE TÉCNICA

Item	DESCRIÇÃO	PRODUTO	TOTAL PRODUTO (R\$)
2	Serão realizados levantamentos planialtimétricos e cadastral de área urbana ou suburbana, destinado a regularização fundiária, projetos viários e de infraestrutura, urbanização e assemelhados, executados no mínimo como classe II PAC, compreendendo o detalhamento de divisas de gleba principal, sistema viário, quadras, áreas livres e institucionais, lotes, postes de rede pública de eletrificação, tampões com as respectivas identificações (exceto o cadastro interno), guias, sarjetas muros de arrimo, taludes, desenho na escala variando de 1:250 à 1:100, cálculo analítico (ângulo, distâncias e áreas) dos lotes, quadras, sistema viário, áreas verdes e institucionais e gleba principal. Apresentação dos dados coletados com certificado digital. As seguintes atividades serão executadas nessa etapa:	Planta Cadastral Georreferenciada	R\$
2.1	PLANO DE TRABALHO DA PARTE TÉCNICA		
2.1.1	Planta planialtimétrica cadastral georreferenciada da área, entregue impressa e em meio digital, apresentando o levantamento de coordenadas georreferenciadas da poligonal da área e a situação existente, identificando as características físicas e topográficas da área, envolvendo o levantamento de quadras, lotes, estrutura viária, declividades do terreno, calçadas, árvores, postes, pontos de visita e outros elementos identificados no local. Deverá ainda conter as cotas de soleira dos domicílios, pontos de lançamento de esgoto e drenagem, redes existentes de água, esgoto, drenagem e acessos a unidade habitacional. Cada lote será cadastrado, identificando o ocupante, número de domicílio no lote, a área, perímetro, os confrontantes, projeção de construções, em planta e memorial descritivo.		
2.1.2	Elaboração de cadastro físico dos imóveis existentes na área objeto de intervenção, compreendendo a identificação, a codificação e a delimitação dos lotes e dos domicílios existentes na área, a caracterização do uso (residencial, misto, comercial, institucional, de prestação de serviços), as condições gerais de habitabilidade das edificações, entre outros.		

2.1.3	Relatório conclusivo da etapa contendo o cadastro físico realizado.		
ETAPA 3 - PARTE SOCIAL			
Item	DESCRIÇÃO	PRODUTO	TOTAL PRODUTO (R\$)
3	Mobilização, informação, capacitação e envolvimento da população moradora da área de intervenção para a elaboração de cadastros socioeconômicos dos moradores, seguindo o modelo do CadÚnico, contendo nome, RG, CPF, composição familiar, tipo e tempo de posse, renda familiar, entre outras informações relevantes ao processo de regularização fundiária. Coleta de documentos dos beneficiários para instrução do processo de regularização fundiária, de acordo com as exigências legais relativas ao instrumento jurídico utilizado, tais como cópias de RG, CPF e certidão civil (cópias autenticadas) e comprovante de residência, documento do imóvel entre outros que se fizerem necessários.	Arquivo Sócio Cadastral	R\$
3.1	PLANO DE TRABALHO DA PARTE SOCIAL		
3.1.1	Realização de no mínimo 01 (uma) assembléia com a comunidade em local previamente definido e acordado para informar sobre o trabalho que será realizado, bem como capacitação da população moradora com o objetivo de orientá-los quanto ao processo de regularização fundiária, esclarecimento sobre o cadastramento socioeconômico que será realizado, os documentos que serão necessários e a distribuição de material informativo para facilitar a compreensão e o entendimento.		
3.1.2	Cadastro Socioeconômico realizado em cada residência da área de intervenção para levantamento de informações de cada família conforme questionário em anexo e coleta dos documentos dos beneficiários necessários à emissão do título de propriedade ou de posse, de acordo com o instrumento de regularização a ser utilizado.		
3.1.3	Caso necessário, realização de plantões de atendimento pelo serviço social na comunidade para elaboração dos cadastros sociais das famílias envolvidas no projeto que não compareceram nos plantões e não foram encontradas em suas residências.		
3.1.4	Relatório conclusivo da etapa de Trabalho Social acompanhado de relatório fotográfico das moradias cadastradas.		
ETAPA 4 - EXAME DOS PROCESSOS			
Item	DESCRIÇÃO	PRODUTO	TOTAL PRODUTO (R\$)
4	Na quarta etapa será realizada a elaboração de documentos técnicos, administrativos e jurídicos para a regularização da base imobiliária do assentamento irregular, compreendendo planta de sobreposição da situação de fato com a situação de registro, da situação atual e da situação pretendida; aprovação do Projeto de Regularização Fundiária e licenciamento do projeto de regularização fundiária juntos aos órgãos competentes.	Projeto de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal 9.310/2018	R\$
4.1	PLANO DE TRABALHO EXAME DOS PROCESSOS		
4.1.1	Regularização da base imobiliária do assentamento irregular.		
4.1.2	Análise e Aprovação do Loteamento, devidamente parcelado em lotes, pelo município e registrado no cartório competente.		
4.1.3	Elaboração do Projeto de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017.		

4.1.4	Licenciamento do projeto de regularização fundiária junto aos órgãos competentes.		
4.1.5	Análise dos produtos gerados em todas as etapas do processo de regularização fundiária tais como: documentos, laudos e cadastros elaborados na parte ambiental, técnica e social.		
ETAPA 5 - PARTE JURÍDICA			
Item	DESCRIÇÃO	PRODUTO	TOTAL PRODUTO (R\$)
5	Na quinta etapa serão realizadas consultas, reuniões, viagens, elaboração de pareceres, contratos, petições em processos judiciais ou administrativos, pesquisas e outras atividades desempenhadas em benefício do cliente. Considera-se que em hora, o advogado realize suas atividades em igual teor em 5 unidades de lote.	PRODUTO 5 - Relatório Conclusivo da REURB	R\$
5.1	PLANO DE TRABALHO PARTE JURÍDICA		
5.1.1	Elaboração de termos privados ou públicos, contratos, leis, decretos ou atos necessários à Regularização Fundiária para entrega do título de propriedade aos beneficiados.		
5.1.2	Desafetação de área destinada a equipamento comunitário dentro da área de intervenção, dando destinação para fins de moradia.		
5.1.3	Entrega dos instrumentos definidos/pactuados da Regularização Fundiária para a Prefeitura lavrar, averbar ou registrar em cartório.		
5.1.4	Relatório conclusivo da etapa.		

4. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data da sua entrega.

5. Outras informações: Razão Social da Proponente, Endereço, Telefone, CNPJ N° XXXX, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal, se houver, Banco XXXX, Agência nº XXXX e Conta Corrente nº XXXX.

6. Responsável pela Assinatura do Contrato: XXXX (Nome), CI nº XXXX, CPF nº XXXX.

Local e data.

Nome e Assinatura do Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Henrique Guimarães Rezende, Superintendente**, em 16/11/2020, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonathan Almeida Santos, Diretor(a)**, em 16/11/2020, às 20:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro de Freitas Freire, Servidor(a) Público(a)**, em 16/11/2020, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21875199** e o código CRC **30260B08**.